



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas
do
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
2019

7
A



Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento	4
3. Atividades Desenvolvidas	7
3.1. Candidaturas apresentadas	7
3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas	7
3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2019	7
3.2. Apreciação de candidaturas	9
3.2.1. Aprovação de Candidaturas	9
3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas	10
3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise	10
3.3 Contratos de Financiamento	11
3.4. Situação das candidaturas 2009-2019	14
4. Sistema de Gestão do Fundo	15
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira	16
5.1. Análise Orçamental	16
5.1.1. Receita	16
5.1.2. Evolução da Receita	17
5.1.3. Despesa	18
5.1.4. Evolução da Despesa	19
5.2. Análise dos fluxos de caixa	20
5.3. Análise da situação Económica e Financeira	21
5.3.1. Balanço	21
6. Síntese conclusiva	25
Anexos	27



Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2019)	7
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2019	7
Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2019	8
Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas – 2019	9
Quadro 4 – Reapreciação de Candidaturas	9
Quadro 5 – Candidaturas não admitidas	10
Quadro 6 – Candidaturas pendentes ou em análise por ministério.....	10
Quadro 7 – Contratos de Financiamento em execução	11
Quadro 8 – Candidaturas aprovadas sem contrato.....	13
Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2019.....	14
Quadro 9– Ponto de situação das candidaturas.....	14
Quadro 10 - Execução da Receita	16
Quadro 11 – Proveniência da receita	16
Quadro 12 – Evolução da Receita (2018-2019)	17
Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2018 e 2019).....	17
Quadro 13 - Execução da Despesa	18
Quadro 14 – Evolução da despesa.....	19
Gráfico 4- Evolução da despesa (2018 a 2019).....	19
Quadro 15 - Fluxos de Caixa	20
Quadro 16– Balanço	21
Quadro 17 – Demonstração de resultados.....	23
Quadro Anexo 1 - Aplicações em CEDIC	27
Quadro Anexo.2 - Acréscimo de Proveitos – Alienação de Imóveis	27

Handwritten signature and initials in blue ink.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista de abreviaturas

ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CHO	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
CPL	Casa Pia de Lisboa
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCF	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IGFEJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
MAI	Ministério da Administração Interna
MA	Ministério da Agricultura
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério do Mar
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGPCM	Secretaria-Geral do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



1. Introdução

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2019, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março.

É financiado, essencialmente, pela receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto



- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. E ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Maria João Araújo - Diretora Geral do Tesouro e Finanças, em regime de substituição³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Dr.ª Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

³ Despacho n.º 2134/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52 de 14 de março

⁴ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2019, foram realizadas dezassete reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação do montante a financiar de seis candidaturas;
- Aprovação da alteração do montante a financiar de quatro candidaturas aprovadas em anos anteriores;
- Aprovação de seis contratos de financiamento;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados em execução;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2018;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2018 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2018;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2019;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2020;

3. Atividades Desenvolvidas

A atividade desenvolvida em 2019 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

3.1. Candidaturas apresentadas

3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas

O quadro 1 ilustra a evolução na atividade do Fundo, em termos de candidaturas apresentadas.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2019)

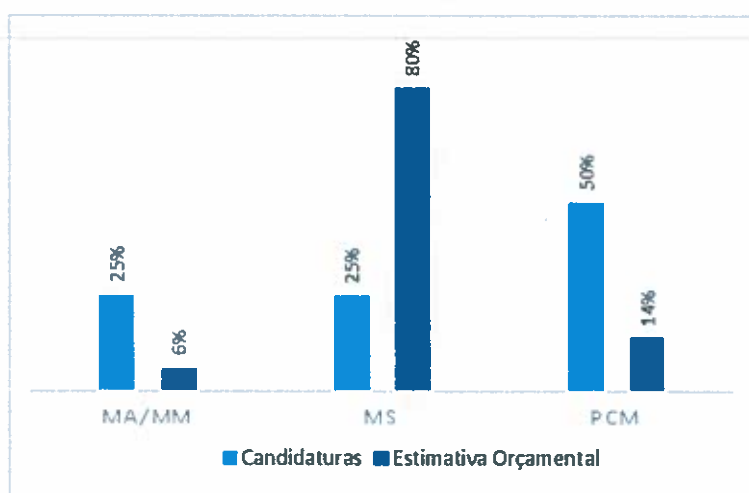
Ministério	2009 - 2017		2018		2019		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	39	7.988.190	8	1.406.230	-	-	47	9.394.420
MA/MM	39	6.036.742	-	-	1	180.810	40	6.217.552
MDN	40	9.953.168	-	-	-	-	40	9.953.168
ME	1	437.760	-	-	-	-	1	437.760
MEC	14	14.757.704	1	906.214	-	-	15	15.663.918
MF	5	1.104.407	3	1.864.115	-	-	8	2.968.521
MJ	14	3.930.074	-	-	-	-	14	3.930.074
MS	67	80.874.134	1	218.436	1	2.584.000	69	83.676.570
MTSSS	27	16.390.637	-	-	-	-	27	16.390.637
PCM	49	27.709.130	4	4.318.625	2	448.509	55	32.476.263
Total	295	168.822.054	17	8.713.619	4	3.213.319	316	181.108.883

Durante o ano de 2019, foram apresentadas 4 novas candidaturas, tendo-se atingindo um total de 316 candidaturas desde 2009. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um decréscimo, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas (76%), quer a nível do valor, com um de crescimento de 37%.

3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2019

O gráfico 1 e os quadros 2 e 3, refletem a distribuição das candidaturas apresentadas em 2019 por Ministério, distribuição geográfica e tipo de entidades.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2019



Conforme resulta do gráfico anterior, a PCM concentra duas das quatro candidaturas apresentadas em 2019. Atendendo ao investimento global das intervenções destaca-se o MS, seguindo-se a PCM. Em termos acumulados, conforme resulta da análise do quadro 1, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MAI atento o n.º de candidaturas apresentadas, sendo este último substituído pelo MTSSS no que respeita ao investimento envolvido.

Em relação à localização dos imóveis e investimentos envolvidos, conforme consta no quadro seguinte, verifica-se uma concentração no distrito de Lisboa, com 3 das candidaturas apresentadas com um valor aproximado de 2,9 milhões de euros, correspondente a 93 % do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2019

Distrito	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Braga	1	25%	238.509	7%
Lisboa	3	75%	2.974.810	93%
Total	4	100%	3.213.319	100%

Quanto à caracterização das entidades que apresentaram candidaturas em 2019, as mesmas integram a Administração Direta do Estado (ADE).

3.2. Apreciação de candidaturas

3.2.1. Aprovação de Candidaturas

Conforme descrito no ponto anterior, no decorrer do ano de 2019 foram apresentadas 4 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 3,2 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores, cujos processos ainda não se encontravam concluídos.

De referir que transitaram do ano anterior 45 candidaturas que se encontravam pendentes da junção de elementos adicionais ou a aguardar análise.

Durante o ano de 2019, foram aprovadas 6 candidaturas a que corresponderá um financiamento de cerca de 4,7 milhões de euros, o que representa uma ligeira quebra face à atividade de ano anterior, com 9 candidaturas aprovadas, compensada pelo aumento do financiamento aprovado (3,1 milhões de euros em 2018).

O quadro seguinte, resume as candidaturas aprovadas por ministério:

Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas – 2019

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
AT	1	430.500	344.400
SGMF	1	1.203.270	962.616
MF	2	1.633.770	1.307.016
IGFEJ	1	1.414.464	1.131.571
IRN	1	97.145	77.716
MJ	2	1.511.609	1.209.288
SGMS	1	218.436	174.749
MS	1	218.436	174.749
IEFP	1	2.615.128	2.092.102
MTSSS	1	2.615.128	2.092.102
Total	6	5.978.943	4.783.154

Foram ainda objeto de reapreciação 4 candidaturas aprovadas em anos anteriores, na sequência da apresentação dos projetos de execução ou da necessidade de alteração dos montantes a financiar na sequência dos procedimentos de contratação pública realizados.

Quadro 4 – Reapreciação de Candidaturas

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
CPL, I.P.	1	477.000	381.600
SGMTSSS	1	97.548	73.161
MTSSS	2	574.548	454.761
DGLAB	1	727.313	545.485
DGPC	1	818.497	654.798
PCM	2	1.545.811	1.200.283
Total	4	2.120.359	1.655.044

3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas

Durante o ano de 2019, em resultado do acompanhamento às candidaturas, nomeadamente dos pedidos de informação solicitados pelo Fundo através das respetivas Unidades de Gestão Patrimonial, foi deliberado arquivar 5 candidaturas que corresponderiam a um financiamento estimado de cerca de 12,2 milhões de euros, onde se incluem 2 candidaturas objeto de aprovação em anos anteriores cujo financiamento ascendia a 1,7 milhões de euros.

Quadro 5 – Candidaturas não admitidas

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MEC-SGEC	1	1.780.952	1.424.761
MS-ARS Algarve, IP	1	393.600	295.200
Subtotal - Aprova das	2	2.174.552	1.719.961
MEC-SGEC	1	3.652.887	2.922.309
MS-INFARMED	2	9.456.843	7.565.474
Subtotal - Por aprovar	3	13.109.730	10.487.784
Total	5	15.284.281	12.207.745

3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise

No que se refere às candidaturas pendentes ou em análise, verificou-se um decréscimo no número de candidaturas (40), face às 48 registadas em 2018, e uma redução do investimento que lhes associado, que no seu conjunto totaliza 28,05 milhões de euros, comparando com o valor de 42,5 milhões de euros registado no ano anterior. A repartição por ministério, resume-se no quadro a seguir:

Quadro 6 – Candidaturas pendentes ou em análise por ministério

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental
MAI	1	1.968.000
MA/MM	13	1.616.958
MEC	2	1.286.504
MS	10	11.574.908
MTSSS	3	2.139.541
PCM	11	9.459.550
Total	40	28.045.460

Este número inclui candidaturas cuja apreciação se encontra pendente da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação dos elementos matríciais e prediais dos imóveis, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos, entre as quais destacam:

- No MS as 7 candidaturas apresentadas pelo Centro Hospitalar do Oeste referentes aos edifícios do Hospital de Torres Vedras e das Caldas da Rainha, que aguardam o envio de informação complementar no valor de 7,1 milhões de euros e a candidatura do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, no valor de 2,6 milhões de euros que se encontra em análise técnica;

- Na PCM as 8 candidaturas apresentadas pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) no valor de 8,6 milhões, serão analisadas durante 2020 de acordo com a calendarização e prioridade atribuída;
- No MTSSS mantém-se pendente a candidatura apresentada em 2013 pela Casa Pia de Lisboa, atenta a prioridade e calendarização prevista (abril 2020 a outubro 2021). Relativamente à candidatura apresentada pela Direção-Geral de Segurança Social, irá ser apresentada reformulação da candidatura;
- No que respeita ao MAFDR as 10 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, estão pendentes do envio de elementos matriciais e registrais dos imóveis;

3.3 Contratos de Financiamento

Transitaram de anos anteriores, 16 candidaturas aprovadas sem contrato de financiamento, onde se incluem 2 candidaturas, entretanto, arquivadas na sequência da consulta às respetivas UGP e entidades beneficiárias.

Em 2019 foram celebrados 6 contratos de financiamento no valor de 2.289.929,29 €, o que representa um acréscimo da atividade face ao ano de 2018 (celebrados 4 contratos de financiamento no valor de 614.059 €).

A estes acrescem, os 7 contratos transitados do ano anterior, relativos a contratos celebrados ainda sem execução ou parcialmente executados. O quadro seguinte apresenta o valor do financiamento atribuído por candidatura, e a respetiva execução:

Quadro 7 – Contratos de Financiamento em execução

Ministério Entidade	N.º de Candidatura	N.º Contrato	Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2019	Por executar
PSP	05/2015	01/2017	216.557	82.903	-	133.654
MAI	1		216.557	82.903	-	133.654
DRAP Alentejo	76/2010	02/2014	107.933	21.420	-	86.513
DRAP Norte	89/2010	03/2015	123.586	63.712	-	59.874
DRAP Norte	90/2010	04/2015	28.601	-	-	28.601
MA/MM	3		260.119	85.132	-	174.987
SGEC	09/2009	7/2014	764.329	-	-	764.329
MEC	1		764.329	-	-	764.329
IRN	08/2017	06/2019	77.716	-	-	77.716
IGFEJ	05/2016	05/2019	1.131.571	-	765.884	365.687
MJ	2		1.209.288	-	765.884	443.404
SGMS	17/2018	01/2019*	174.749	-	174.749	-
MS	1		174.749	-	174.749	-
ACT	23/2016	02/2018	118.579	25.988	-	92.591
SGMTSSS	15/2015	04/2019	73.161	-	73.161	-
MTSSS	1		191.740	25.988	73.161	92.591
SGPCM	03/2016	03/2018	59.497	-	-	59.497
DGLAB	64/2010	03/2019	387.507	-	-	387.507
DGLAB	65/2010	02/2019	445.225	-	-	445.225
DGPC	04/2014	23/2015	348.000	210.717	-	137.283
PCM	4		1.240.228	210.717	-	1.029.511
TOTAL	13		4.057.009	404.741	1.013.794	2.638.475

A execução financeira em 2019, refere-se apenas a 3 contratos de financiamento, correspondendo a pagamentos no valor de cerca de 1,0 milhão de euros, valor superior ao do ano anterior em cerca de 0,6 milhões.

Relativamente aos contratos mencionados no quadro anterior, no que se refere ao montante por executar (2,6 milhões de euros), importa referir que a falta de execução resulta, na maioria dos casos, de alterações à calendarização da execução das empreitadas (e consequente necessidade de portarias de extensão de encargos para reescalonamento) e do desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública, entre as quais se destacam:

- A execução de contrato de financiamento celebrado com a PSP, inicialmente prevista até final de 2017, não foi possível, face ao prazo de execução da empreitada, e à data da sua consignação, o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos. Durante 2019, não foram apresentados pedidos de participação;
- No caso dos contratos celebrados com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela e, incumprimento total do contrato de empreitada de Matosinhos, o que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, que foi submetido para autorização.
- A SGMEC reiterou o interesse na execução da candidatura aprovada, no entanto ainda está a providenciar o reajustamento dos trabalhos a realizar, e a providenciara abertura de um procedimento para desenvolvimento do projeto de execução;
- A execução da empreitada do IGFEJ, sofreu atrasos na execução física e financeira, o que implicou a transição para 2020;
- A execução da empreitada da ACT, inicialmente prevista para 2018, transitou para o primeiro trimestre de 2019, em virtude do atraso no início da obra, o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos, que só veio a ocorrer em 2020.
- No caso dos contratos celebrados com a DGLAB, com encargos previstos para 2019 e 2020, por vicissitudes várias os procedimentos de contratação pública para a realização das empreitadas implicaram alterações na calendarização, o que fez alterar o escalonamento financeiro inicialmente previsto;
- A execução do contrato de financiamento celebrado com a DGPC, está pendente da regularização, através de uma portaria de extensão de encargos na qual se refletirá o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP.
- Por último, no caso da Secretaria-Geral da PCM, o pagamento da participação ficou pendente da regularização do pagamento das contrapartidas devidas no âmbito da aplicação do Princípio da Onerosidade.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que respeita à contratualização, registou-se um decréscimo no número de candidaturas sem contrato, no entanto, o financiamento a conceder no valor de 6,9 milhões de euros é superior ao registado no ano anterior (cerca de 6,3 milhões de euros para 16 candidaturas).

Este comportamento, decorre em grande medida das candidaturas aprovadas em 2018 e 2019, relativamente às quais foram aprovadas minutas de contrato de financiamento que não chegaram a ser concretizados, por carecerem de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais e/ou por condicionantes nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente procedimentos que ficaram desertos.

Quadro 8 – Candidaturas aprovadas sem contrato

Sigla Entidade	Nº de Candidaturas	Financiamento FRCP
SEF	1	570.720,00
MAI	1	570.720,00
DRAP Algarve	2	117.535,15
DRAP Norte	1	92.250,00
MA/MM	3	209.785,15
AT	1	344.400,00
SGMF	1	962.615,68
MF	2	1.307.015,68
CHO	2	191.977,50
MS	2	191.977,50
CPL, I.P.	2	861.051,85
IEFP	1	2.092.102,08
SGMTSSS	1	718.409,90
MTSSS	4	3.671.563,83
ANBA	1	357.026,20
DGPC	1	654.797,99
PCM	2	1.011.824,19
	14	6.962.886,35

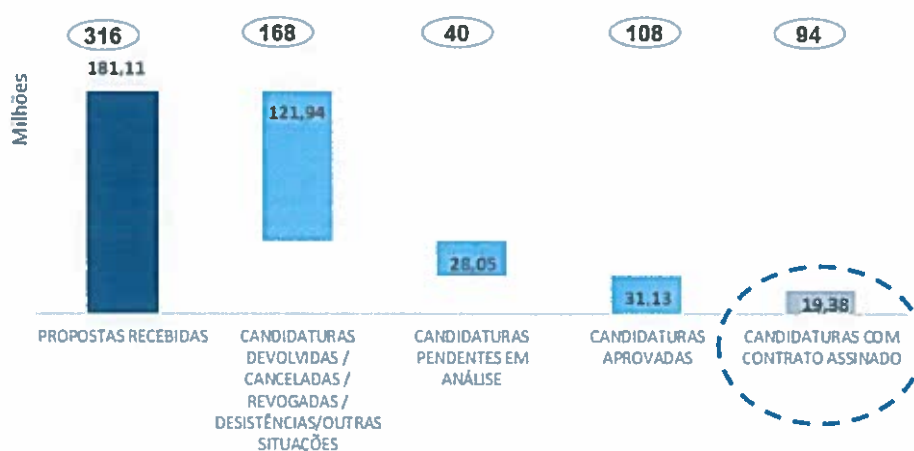
No que se refere às candidaturas aprovadas em anos anteriores, é de salientar que a celebração de contratos de financiamento está dependente da apresentação de documentação por parte dos serviços beneficiários, designadamente projeto de execução; declaração de compromisso que ateste que as candidaturas apresentadas não são objeto de apoio através de outro programa ou instrumento financeiro de âmbito comunitário e comprovativo de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo.

3.4. Situação das candidaturas 2009-2019

Como referido nos pontos anteriores, da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 5 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas ou arquivadas, das quais 2 tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores, e a aprovação de 6 candidaturas. No final do ano, permaneciam 40 candidaturas pendentes.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 2 e no quadro 9 e, de forma sucinta e esquemática, um resumo de todas as candidaturas reportadas ao final de 2019.

Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2019



O quadro seguinte apresenta a situação das candidaturas desde 2009, por ministério:

Quadro 9-- Ponto de situação das candidaturas

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências		Candidaturas em Análise		Candidaturas Aprovadas		
	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	Montante a Financiar
MAI	47	9.394.420	22	4.043.987	1	1.968.000	24	3.382.433	2.637.627
MA/MM	40	6.217.552	16	2.134.445	13	1.616.958	11	2.466.150	1.849.612
MDN	40	9.953.168	24	7.251.852	-	-	16	2.701.316	2.069.649
ME	1	437.760	1	437.760	-	-	-	-	-
MEC	15	15.663.918	11	13.126.749	2	1.286.504	2	1.250.664	949.576
MF	8	2.968.521	2	419.829	-	-	6	2.548.692	2.020.873
MJ	14	3.930.074	12	2.418.464	-	-	2	1.511.609	1.209.288
MS	69	83.676.570	52	69.308.595	10	11.574.908	7	2.793.067	2.139.002
MTSSS	27	16.390.637	12	7.710.154	3	2.139.541	12	6.540.942	5.175.936
PCM	55	32.476.263	16	15.086.306	11	9.459.550	28	7.930.408	6.549.958
Total	316	181.108.883	168	121.938.139	40	28.045.460	108	31.125.283	24.601.521



4. Sistema de Gestão do Fundo

O desenvolvimento do sistema de controlo interno, no âmbito do qual se identificam duas componentes fundamentais, implementação e divulgação do manual de procedimentos e implementação de um sistema de informação de suporte à atividade, continuam a merecer a necessária atenção.

Quanto à implementação de um sistema de informação de suporte à atividade do Fundo, importa mencionar que o processo de operacionalização para apresentação de candidaturas online está dependente do desenvolvimento do projeto do novo Sistema de Informação Gestão de Património Imobiliário Público, que enquadrará várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, cujo procedimento está em fase de preparação para lançamento do concurso público para efeitos da sua implementação. Aguarda-se assim a sua entrada em produção para que os vários elementos fiquem estruturados e imediatamente disponíveis para utilização, visualização e análise.

No final de dezembro de 2019, foi alargada a utilização do sistema de gestão documental (Edoclink) a todos os serviços da DGTF, tendo sido abrangido o Fundo.

Relativamente ao Manual de Procedimentos, que permitirá a adequada uniformização da apresentação e apreciação dos processos de candidatura, a aprovação da versão final e posterior divulgação ficou condicionada pelo desenvolvimento dos trabalhos em curso para implementação do referido sistema de informação e gestão de património e à adequação à utilização do sistema de gestão documental.

Refira-se que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail” de cada processo e verificar a sua evolução.

No que se refere à solução de suporte à gestão orçamental, financeira e patrimonial, manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, disponibilizada pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

Nos termos da exceção prevista no ponto 9 da Resolução n.º 3/2019-2.ª S do Tribunal de Contas, de 19 de dezembro, publicada em 23 de janeiro de 2020, sobre a prestação de contas relativas ao ano de 2019 e gerências partidas de 2020, foi autorizada pelo Tribunal de Contas, a título excepcional, a prestação da conta do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, relativa ao ano de 2019, nos termos do sistema contabilístico POCP.

5.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2019, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

5.1.1. Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 10 - Execução da Receita

(euros)

Designação	Dotações Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes				
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	20.060	17.687	88,2%	0,0%
06.03. - Transferências correntes Administração Pública	36.738.166	13.430.052	36,6%	33,1%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	123.356	146.255	118,6%	0,4%
Receita Correntes	36.881.582	13.593.994	36,9%	33,5%
Receitas de Capital				
10.03. - Transferências de capital - Administração Pública	12.301	191.806	1559,3%	0,5%
Receitas de capital	12.301	191.806	1559,3%	0,5%
Outras Receitas				
13.01 - Indemnizações	20.842	20.842	100,0%	0,1%
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	26.738.085	26.738.085	100,0%	65,9%
Outras Receitas	26.758.927	26.758.926	100,0%	66,0%
Receitas Totais	63.652.810	40.544.725	63,7%	100,0%

A receita cobrada foi de 40.544.725 €, correspondeu a uma taxa de execução de 63,7%, face ao orçamento corrigido, repartida por receitas correntes (36,9%), 0,5% em receitas de capital e 66% em outras receitas. Quanto à proveniência destacam-se as receitas provenientes da aplicação do princípio da onerosidade.

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência:

Quadro 11 – Proveniência da receita

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.10 - Rendimentos da Propriedade-rendas	Cedências e arrendamentos - Terrenos	17.687	0,1%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	Cedências e arrendamentos	146.255	1,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Princípio de Onerosidade	13.408.161	97,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Juros	21.891	0,2%
10.03 - Transferências de capital	Alienação de Imóveis	191.806	1,4%
13.01 - Outras Receitas de Capital	Indemnizações	20.842	0,2%
Total da Receita		13.806.641	100%

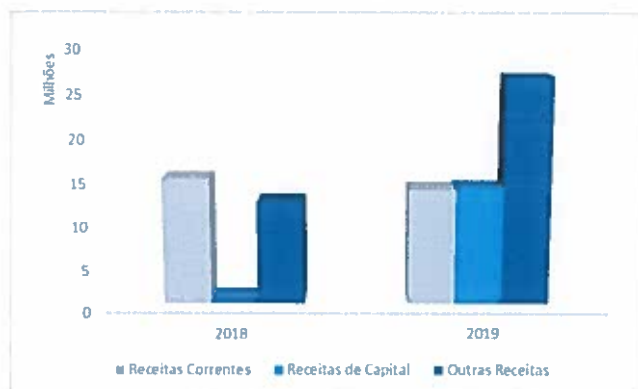
5.1.2. Evolução da Receita

O quadro 12 e gráfico 3, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 12 – Evolução da Receita (2018-2019)

Designação	Receita Cobrada 2018		Receita Cobrada 2019		Variação 2018-2019	
	valor	%	valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade-Juros	14.453	0,1%		0,0%	-14.453	-100,0%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	14.356	0,1%	17.687	0,0%	3.331	23,2%
06.03- Transf. Correntes- Administração Central	14.701.584	54,0%	13.430.052	33,1%	-1.271.532	-8,6%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios	130.695	0,5%	146.255	0,4%	15.560	11,9%
Total das Receitas Correntes	14.861.088	54,6%	13.593.994	33,5%	-1.267.095	-8,5%
Receitas de Capital						
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública	268.879	1,0%	191.806	0,5%	-77.074	-28,7%
Total de Receitas de Capital	268.879	1,0%	191.806	0,5%	-77.074	-28,7%
Outras Receitas						
13.01 - Indemnizações	224		20.842		20.618	
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	12.073.480	44,4%	26.738.085	65,9%	14.664.605	121,5%
Total Outras Receitas	12.073.704	44,4%	26.758.926	66,0%	14.685.222	121,6%
Receitas Totais	27.203.671	100,0%	40.544.725	100,0%	13.341.054	49,0%

Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2018 e 2019)



A receita cobrada registou um acréscimo de 13.341.054 €, isto é mais 49,0%, face ao ano anterior, para o qual contribuiu, essencialmente:

- O Saldo da Gerência anterior integrado no orçamento de 2019, registou uma variação positiva de 14.685.222 €, face ao ano anterior.
- As rubricas de rendimentos de propriedade – rendas e de venda de bens e serviços, onde é registada a receita proveniente do arrendamentos e cedências de terrenos e edifícios do Estado, registaram uma quebra de 3.331 € e 15.560 €, respetivamente;

Este acréscimo foi atenuado pelo decréscimo de 1.271.532 € das transferências correntes, onde é registada a receita das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade. Contribuíram também negativamente, as transferências de capital – Administração Pública onde é registada a receita proveniente da alienação de imóveis, com um decréscimo de 77.074 € e os

rendimentos de propriedade-juros, justificado pelas taxas de juro de CEDIC, que nas aplicações vencidas em 2019 foi de 0,0%.

5.1.3. Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 13 - Execução da Despesa

(euros)

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução
				Valor	Peso %		
Despesas Correntes							
02.- Aquisição de Serviços	20.000	3.000	-	-	0,0%	0	0,0%
04.- Transferências Correntes	164.105	-	92.591	-	0,0%	92.591	0,0%
06.- Outras despesas Correntes	4.107	4.107	-	-	0,0%	0	
Despesas Correntes	188.212	7.107	92.591	-	0,0%	92.591	0,0%
Despesas de Capital							
08.- Transferências de capital	7.596.620	-	1.787.631	1.013.794	3,7%	773.837	13,3%
09.- Ativos Financeiros	26.738.085	-	26.738.085	26.738.085	96,3%		100,0%
Despesas de Capital	34.334.705	-	28.525.716	27.751.879	100,0%	773.837	80,8%
Outras Despesas de Capital							
11.- Outras Despesas Capital Diversos	72.213	-	-	-		-	0,0%
Outras Despesas de Capital	72.213	-					0,0%
Total Despesa	34.595.130	7.107	28.618.306	27.751.879	100,0%	866.427	80,2%

A despesa paga no valor de 27 751 879 €, representou uma taxa de execução de 80,2%, encontra-se repartida pelos seguintes agrupamentos:

- Ativos financeiros decorrente da aplicação do saldo de gerência de 2018, no valor de 26.738.084,82 € em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).
- Despesas de capital com uma taxa de execução de 7,2%, face à dotação corrigida a que compreende a despesa paga no montante de 184.276 €, referente às transferências de capital decorrente de 1 contratos de financiamento. Assinalou-se ainda, os compromissos por pagar no valor de 423.023 €.

Assinala-se ainda, os compromissos por pagar no âmbito das transferências correntes e de capital no valor de 92 591 € e 773 837 €, respetivamente.

De referir que a fraca execução, tanto ao nível do agrupamento 08, como no agrupamento 04, foi motivada por constrangimentos nos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias e atrasos na obtenção de autorizações prévias, que se refletiram na atividade do Fundo.

5.1.4. Evolução da Despesa

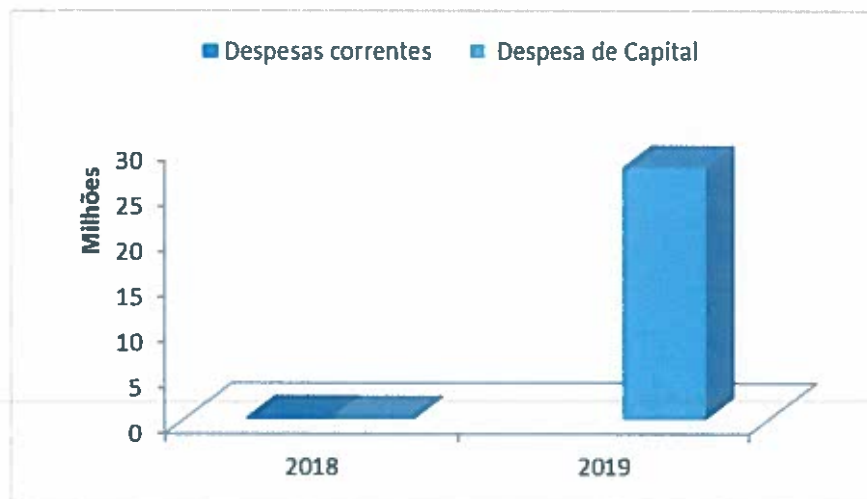
O quadro 14 e o gráfico 4 evidenciam a evolução da despesa no último biênio:

Quadro 14 – Evolução da despesa

Designação	Despesas Pagas 2018		Despesas Pagas 2019		Variação 2018-2019	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Despesas Correntes						
02. Aquisição de Bens de Serviços	-	0,0%	-	-	-	-
04. Transferências Correntes	277.696		-	-	-277.696	-100,0%
06. Outras Despesas Correntes	3.613	0,8%	-	-	-3.613	-100,0%
Despesas correntes	281.310	60,4%	-	-	-281.310	-100,0%
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	184.276	39,6%	1.013.794	3,7%	829.518	450,1%
09. Ativos Financeiros	-		26.738.085	96,3%	26.738.085	
Despesa de Capital	184.276	39,6%	27.751.879	100,0%	27.567.603	
Despesas Totais	465.586	100%	27.751.879	100,0%	27.286.293	5860,6%

O total da despesa paga em 2019 apresentou um acréscimo de 27.286.293 €, associado à aplicação do saldo de gerência em CEDIC e a um maior volume de transferências de capital para os serviços beneficiários.

Gráfico 4- Evolução da despesa (2018 a 2019)





5.2. Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, respeitantes à execução orçamental e os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 15 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		26.738.084,82	Despesas		27.751.878,94
De receita próprias	26.738.084,82		Despesas orçamentais		
			Correntes		
			Capital	27.751.878,94	
Receitas Próprias		13.806.640,67	Saldo para a gerência Seguinte		12.792.846,55
Correntes	13.593.993,52		De receitas próprias	12.792.846,55	
Capital	212.647,15				
Total		40.544.725,49	Total		40.544.725,49

O saldo de gerência anterior foi de 26.738.085 € e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de 12.792.847 €.

Importa ainda referir, que se mantêm os constrangimentos, que condicionam a relevação do valor relativo ao montante aplicado em CEDIC nos saldos de abertura e de encerramento do mapa de Fluxos de Caixa e a consistência do saldo de disponibilidades nos documentos de prestação de contas. Com a correção desta deficiência, no mapa de fluxos de caixa constaria a seguinte informação:

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		66.566.419,00	Despesas		1.013.794,00
De receita próprias	26.738.085,00		Despesas orçamentais		
CEDIC	39.828.334,00		Correntes		
			Capital	1.013.794,00	
Receitas		13.806.641,00	Saldo para a gerência Seguinte		79.359.266,00
Receitas Próprias			De receitas próprias	66.566.419,00	
Correntes	13.593.994,00		CEDIC	12.792.847,00	
Capital	191.806,00				
Outras Receitas	20.842,00				
Total		80.373.059,77	Total		80.373.060,00

5.3. Análise da situação Económica e Financeira

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos.

As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

5.3.1. Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Os valores registados no Balanço nos anos de 2018 e 2019 são os seguintes:

Quadro 16– Balanço

Contas do Balanço		2019		2018		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	66.566.419,10	84%	39.828.334,28	60%	26.738.084,82	0%
13	Conta no Tesouro	12.792.846,55	16%	26.738.084,82	40%	+13.945.238,27	-52%
271	Acréscimos de proveitos	200.922,61	0%	224.260,64	0%	-23.338,03	-10%
Total do ativo		79.560.188,26	100%	66.790.679,74	100%	12.769.508,52	19%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios:							
59	Resultados Transitados	66.790.521,40	84%	60.392.456,65	90%	6.398.064,75	11%
88	Resultados Líquidos	12.769.648,29	16%	6.398.064,75	10%	6.371.583,54	100%
Total dos fundos próprios		79.560.169,69	100%	66.790.521,40	100%	12.769.648,29	110%
Passivo:							
273	Acréscimos de custos	18,57	100%			18,57	
274	Proveitos diferidos			158,34	100%		
Total do passivo		18,57	100%	158,34	100%	18,57	0%
Total dos fundos próprios e do passivo		79.560.188,26		66.790.679,74		12.769.666,86	19%

Da análise ao Balanço destacam-se os seguintes aspetos:

Ativo

O Ativo total registou um acréscimo de 19 % face ao ano anterior, resultado que foi determinado essencialmente pelo aumento do montante disponível na conta de Títulos da dívida pública:

- A conta de Títulos da dívida pública no valor de 66.566.419,10 €, registou uma variação significativa de 26 738 084,82 €, relativamente a 2018. Essa variação deve-se à aplicação do saldo de gerência em CEDIC
- A conta no Tesouro no valor de 12 792 846,55 €, registou um decréscimo de 13 945 238,27 €, o seu valor resulta do diferencial entre a receita cobrada e a despesa paga, uma vez que o saldo de gerência foi aplicado em CEDIC.
- A conta de Acréscimos de proveitos no valor de 200 922,61 €, apresentou uma redução de 23.338,06 €, que ficou a dever-se ao pagamento de diversas prestações referente à receita proveniente da alienação dos imóveis da propriedade do Estado. Os valores registados na referida conta englobam a receita do produto de alienações ocorridas entre 2011 e 2017, a receber em anos seguintes e ainda, aos juros obtidos no valor de 74,27 €, por receber.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Fundos Próprios e Passivo

No que se refere aos Fundos próprios e Passivo, destaca-se:

- O acréscimo dos Fundos Próprios, explicado sobretudo pela evolução da conta dos Resultados Transitados que registou em 2019 um aumento de 6.398.064,75 € face a 2018.
- A conta de acréscimo de custos apresenta um valor pouco significativo de 18,57 €, o qual advém da especialização do IRC de uma aplicação em CEDIC. registada no dia 31/12/2019. Todas as outras aplicações vencidas no decurso de 2019 e posteriormente reaplicadas em CEDIC têm as taxas de juros de 0,00%.

5.3.2. Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 17 – Demonstração de resultados

Contas da Demonstração de Resultados		2019		2018		Varições
		Valor	%	Valor	%	Valor
Custos e Perdas						
631	Transferências Correntes Concedidos	1.013.794,12	100,0%	461.972,50	49,9%	551.821,62
651	IRC	18,57	0,0%	1.109,70	0,1%	-1.091,13
	Total dos Custos extraordinários	1.013.812,69	100,0%	463.082,20	50,0%	550.730,49
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,61				
	Total dos Custos e perdas extraordinários	0,61				
Total dos Custos Perdas		1.013.813,30	100,0%	926.164,40	100,0%	87.648,90
Proveitos e Ganhos						
742	Transferências Correntes Obtidas					
	Transferências /outros proveitos alienações	168.393,82		30.313,64		138.080,18
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	13.430.051,66		6.684.242,17		6.745.809,49
	Transferência/outros proveitos pagamento da	164.100,20		141.043,42		23.056,78
	Outra Receitas	20.841,60		223,81		20.617,79
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	13.783.387,28	100,0%	6.855.599,23	99,9%	6.927.788,05
781	Juros Obtidos					
	Juro ilíquido	74,27		4.438,80		-4.364,53
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	74,27	0,0%	4.438,80	0,1%	-4.364,53
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,04		885,11		-885,07
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	0,04	0,0%	885,11	0,0%	-885,07
Total de Proveitos e Ganhos		13.783.461,59	100,0%	6.860.923,14	100,0%	6.922.538,45
Resultados						
81	Resultados Operacionais					
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	12.769.574,59		5.929.434,83		6.840.139,76
82	Resultados Financeiros					
	Proveitos Financeiros	74,27		4.438,80		-4.364,53
83	Resultados Correntes					
	Resultados operacionais+Resultados Financeiros	12.769.648,86		5.933.873,63		6.835.775,23
84	Resultados Extraordinários					
	Proveitos Extraordinários	-0,57		885,11		-885,68
88	Resultados Líquidos do Exercício					
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	12.769.648,29		5.934.758,74		6.834.889,55

Os proveitos globais foram de 13.783.461,59 € enquanto os custos totais foram de 1.013.813,30 € gerando um Resultado Líquido do Exercício de 12.769.648,29 €.

Proveitos e Ganhos

Em termos de proveitos e ganhos, verificou-se que os proveitos operacionais, que resultaram da atividade corrente do Fundo, são os que apresentaram maior relevância correspondendo a 99,9% do total de Proveitos e Ganhos do exercício de 2019.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2018, verificou-se um acréscimo de 6.927.788,05 €, conseqüente especialmente do aumento do proveito proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, do produto da alinação dos imóveis da propriedade do Estado e ainda, dos proveitos resultantes dos arrendamentos e das cedências de imóveis do Estado.

Quanto aos proveitos financeiros, registaram uma quebra de 4.364,53 €, justificada pela descida das taxas de juro que até ao final de dezembro permaneceu em 0 %, e conseqüente diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Custos e Perdas

Os custos operacionais sofreram um acréscimo de 550.730,49 €, justificado essencialmente pelo aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados.

Resultados

Os resultados operacionais no valor de 12.769.547,59 €, à semelhança do ano anterior, revelam que os proveitos operacionais foram suficientes para suportar a despesa da mesma natureza. Comparativamente com o ano de 2018 evidenciaram, um acréscimo de 6.840.139,76 €, que decorreu do aumento dos proveitos operacionais.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes que registaram um acréscimo de 6.835.775,23 €. Contrariamente, os resultados extraordinários registaram um decréscimo de 885,68 €.

O resultado líquido do exercício é positivo em 12.769.648,29 €. Comparativamente com 2018, registou um acréscimo no montante de 6.834.889,55 €.



6. Síntese conclusiva

Tendo em conta o referido, a atividade desenvolvida pelo Fundo em 2019, registou progressos quando comparado com o ano anterior, salientando-se os seguintes resultados:

- Foram aprovadas 6 candidaturas envolvendo um montante aproximado de 4,8 milhões de euros (em 2018 foram aprovadas 9 envolvendo 3,1) e reapreciadas 6 de candidaturas, aprovadas em anos anteriores.
- Foram celebrados 6 novos contratos de financiamento de 2,3 milhões de euros (valor superior ao de 2017, 4 contrato de 0,6 milhões de euros). Em termos de execução financeira, registou-se um acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 0,5 milhões de euros em 2018 para 1 milhão de euros em 2019.
- O número de candidaturas pendentes de decisão registou uma redução, no final de 2019 encontravam-se 40 candidaturas em apreciação (45 em 2018.)

Verifica-se ainda, um desfasamento entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, no final de 2018, encontravam-se 14 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 6,9 milhões de euros. Neste aspeto, importa referir, que o desenvolvimento da atividade do Fundo foi condicionada por constrangimentos, nomeadamente, atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), bem como a falta de apresentação de comprovativos de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo, que protelaram a celebração de contratos e, conseqüentemente, o seu financiamento, que tiveram impactos significativos no cumprimento do previsto no plano de atividades.

Em termos orçamentais, a receita arrecadada no valor de 13,8 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 1 milhão, gerando um saldo de 12,8 milhões de euros. Comparativamente a 2018, a receita arrecadada registou um acréscimo de 13,3 milhões de euros, que ficou a dever-se essencialmente à receita proveniente do princípio de onerosidade.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 12,7 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 12,7 milhões de euros, para a qual contribui a conta de títulos de dívida pública.

Em 2020, o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, e ainda financiar as operações de remoção do amianto em imóveis do domínio público e privado do Estado e em imóveis propriedade dos institutos públicos e das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado.

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Ao nível dos procedimentos de apreciação e aprovação das candidaturas, no que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, mantém-se o propósito de concretizar este objetivo, que está dependente do desenvolvimento do projeto de implementação da plataforma de gestão de património imobiliário público, que se encontra em fase de preparação de concurso público, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, e que se encontra em fase de desenvolvimento pela DGTF.

Prevê-se ainda rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando os procedimentos.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Miguel Marques dos Santos
(Vogal)

Liliana da Fonseca Lourenço
(Vogal)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Quadro Anexo 1 - Aplicações em CEDIC

Data de início da aplicação	Data de vencimento	Montante aplicado	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro líquido	Imputação a 2019		
								Juro líquido na data do vencimento	IRC	Juro líquido
26-01-2018	25-01-2019	797.000,00	0,000	797.000,00	-	-	-	-	-	-
01-03-2018	01-03-2019	1.009.170,00	0,000	1.009.170,00	-	-	-	-	-	-
23-03-2018	22-03-2019	858.837,98	0,000	858.837,98	-	-	-	-	-	-
01-06-2018	31-05-2019	2.316.309,02	0,000	2.316.309,02	-	-	-	-	-	-
29-06-2018	28-06-2019	2.901.324,93	0,000	2.901.324,93	-	-	-	-	-	-
03-08-2018	02-08-2019	5.937.032,00	0,000	5.937.032,00	-	-	-	-	-	-
28-09-2018	27-09-2019	706.577,59	0,000	706.577,59	-	-	-	-	-	-
19-10-2018	18-10-2019	3.408.266,79	0,000	3.408.266,79	-	-	-	-	-	-
02-11-2018	01-11-2019	1.103.879,22	0,000	1.103.879,22	-	-	-	-	-	-
04-12-2018	04-12-2019	14.943.321,09	0,000	14.943.321,09	-	-	-	-	-	-
28-12-2018	27-12-2019	5.846.615,66	0,000	5.846.615,66	-	-	-	-	-	-
Sub-Total		39.828.334,28		39.913.487,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-01-2019	24-01-2020	797.000,00	0,000	797.000,00	-	-	-	-	-	-
01-03-2019	28-02-2020	1.009.170,00	0,000	1.009.170,00	-	-	-	-	-	-
22-03-2019	20-03-2020	858.837,98	0,000	858.837,98	-	-	-	-	-	-
31-05-2019	29-05-2020	2.316.309,02	0,000	2.316.309,02	-	-	-	-	-	-
28-06-2019	26-06-2020	2.901.324,93	0,000	2.901.324,93	-	-	-	-	-	-
02-08-2019	31-07-2020	5.937.032,00	0,000	5.937.032,00	-	-	-	-	-	-
27-09-2019	25-09-2020	706.577,59	0,000	706.577,59	-	-	-	-	-	-
18-10-2019	16-10-2020	3.408.266,79	0,000	3.408.266,79	-	-	-	-	-	-
01-11-2019	30-10-2020	1.103.879,22	0,000	1.103.879,22	-	-	-	-	-	-
04-12-2019	03-12-2020	14.943.321,09	0,000	14.943.321,09	-	-	-	-	-	-
27-12-2019	23-12-2020	5.846.615,66	0,000	5.846.615,66	-	-	-	-	-	-
30-12-2019	03-01-2020	26.738.084,82	0,100	26.738.307,64	222,82	74,27	297,09	55,70	18,57	74,27
Sub-Total		66.566.419,10	0,10	66.566.641,92	222,82	74,27	297,09	55,70	18,57	74,27
Total								55,70	18,57	74,27

Quadro Anexo 2 - Acréscimo de Proveitos – Alienação de Imóveis

Ano	Imóvel		Valor a Receber
	Processo	Descrição	
2011	21-NI-1	Antiga Estação Regional de Leite e Laticionios de Paços de Ferreira"	19.983,25
2012	21-AA-108	Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos	2.926,78
2014	21-RM-84	Prédio urbano lugar de cabanas, Valpaços	2.340,62
2014	26-LFC-F-54	Frações G na Rua dos Fanqueiros 90 a 100, Lisboa	11.653,96
2015	21-HA-54	Fração autónoma AB - T3-Rua Fernão de Magalhães , 21-3.º Cerro da Alagoa, 1.ª Fase Albufeira	562,20
2015	21-SZ-60	Edifício da antiga cadeia de Vouzela, sito no lugar da Feira, Vouzela	2.430,00
2015	21-PI-227	Prédio misto sito na Quinta dos Almarjões em Santa Cruz	12.889,53
2017	21-LFG-A-230	Prédio com três pisos sito no Largo do Rio Seco, nº 10 e 10-A em Usboa	23.712,00
2017	21-LFG-C-306	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 3 e 3-A em Lisboa	31.775,00
2017	21-LFG-C-307	Prédio de três pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 5 e 5-A em Lisboa	37.000,00
2017	21-LFG-C-308	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 9 em Lisboa	43.650,00
2017	21-PD-230	Imóvel composto por dois edifícios sito na Rua de Goa, nº 72, em Santo André, Barreiro	11.925,00
Total			200.848,34

